

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA: Novas Formas de Dominação no Trabalho em Plataformas Digitais

### Autor(es)

Ana Cecilia De Oliveira Bitaraes  
Eduardo Otaviano De Souza  
Priscila Marques Guimarães  
Juliana Bárbara Oliveira Cunha

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CONTAGEM

### Introdução

Na contemporaneidade, as relações de trabalho passam por profundas transformações impulsionadas pela digitalização e pela intermediação algorítmica. Varoufakis (2023) denomina esse fenômeno de “tecnofeudalismo”, um regime em que grandes plataformas — como Amazon, Google, Meta e Apple — concentram o controle sobre dados, comportamentos e formas de produção simbólica, convertendo atenção e reputação em mercadorias dentro de um ciclo contínuo de extração de valor. Nesse cenário, a subordinação tradicional cede espaço à subordinação algorítmica, marcada por mecanismos de vigilância automatizada e ausência de reconhecimento jurídico claro. Tal dinâmica desafia os princípios da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e compromete a efetividade da ODS 8 da Agenda 2030 da ONU, que busca assegurar trabalho decente e crescimento econômico inclusivo, frente à crescente precarização e insegurança nas relações laborais digitais.

### Objetivo

O presente estudo tem por objetivo analisar as novas formas de subordinação nas relações de trabalho digital, à luz do artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), evidenciando a precarização dos direitos trabalhistas e sua relação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 da ONU, que busca promover trabalho decente, emprego pleno e crescimento econômico inclusivo e sustentável.

### Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter exploratório, com base em revisão bibliográfica e análise teórico-crítica. Foram examinadas obras doutrinárias fundamentais, como “Curso de Direito do Trabalho”, de Maurício Godinho Delgado, e “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”, de Ricardo Antunes, além de documentos internacionais, como a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas) e a Convenção sobre Trabalho em Plataformas Digitais (OIT, 2025). O estudo concentrou-se na interpretação do artigo 3º da CLT, à luz das novas formas de subordinação presentes no trabalho mediado por algoritmos. A metodologia buscou articular fundamentos jurídicos e sociológicos, relacionando o fenômeno da “uberização” à ODS 8, que propõe o trabalho digno e o crescimento econômico inclusivo.

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## Resultados e Discussão

Os resultados indicam que, no contexto da “uberização”, o artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) revela-se insuficiente para abranger as novas formas de dependência existentes no trabalho digital, pois define a subordinação sem qualificar sua natureza. A análise evidencia que, nas plataformas digitais, o controle não se manifesta por ordens diretas, mas por mecanismos algorítmicos que orientam, avaliam e punem comportamentos. Como observa Antunes (2018), a era digital instituiu um novo proletariado de serviços, marcado pela precarização e pela internalização da lógica produtiva. O trabalhador, convencido de sua autonomia, passa a reproduzir voluntariamente as exigências do sistema, guiado por métricas, pontuações e reputações — a “nova servidão voluntária”. Assim, a subordinação algorítmica se configura como dominação simbólica e econômica, ameaçando a efetividade do ODS 8 da ONU, que preconiza trabalho decente e crescimento econômico sustentável.

## Conclusão

O capitalismo permanece o mesmo em sua essência lucrativa, mas o modo de subordinação se reconfigura: da fábrica ao campo digital, da ordem direta à ordem algorítmica, da obediência à adesão simbólica, e o Estado disfarça sua omissão sob os “objetivos sustentáveis”, apoiando-se em meros compromissos voluntários firmado com a ONU. A luta pela dignidade no trabalho exige, uma leitura crítica que une Direito, Sociologia e Tecnologia, onde a emancipação humana não se perca na ilusão digital.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção sobre Trabalho em Plataformas Digitais*. Genebra: Conferência Internacional do Trabalho, 2025.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VAROUFAKIS, Yanis. *Tecnofeudalismo* [livro eletrônico]. Tradução de Erika Nogueira Vieira. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.